

Genocídio indígena em Roraima e seus mandantes



Por **LISZT VIEIRA***

São três os principais mandantes do genocídio dos Yanomamis: Bolsonaro, Sergio Moro e governador Antônio Denarium de Roraima

“No Brasil, o que a lei dá, o parágrafo tira” (Glauber Rocha).

A Terra Yanomami vem sofrendo há décadas a ação de garimpeiros ilegais. Em 2022, a devastação chegou a 54% - cenário que tem mudado com as ações deflagradas pelo atual governo desde janeiro deste ano. A invasão do garimpo predatório, além de impactar no aumento de doenças no território, causa violência, conflitos armados e devasta o meio ambiente - com o aumento do desmatamento, poluição de rios devido ao uso do mercúrio, e prejuízos para a caça e a pesca, impactando os recursos naturais essenciais à sobrevivência dos indígenas na floresta.

Para legitimar a ocupação do garimpo ilegal em terras Yanomami, o então Ministro da Justiça Sérgio Moro apresentou o Projeto de Lei nº. 191/2020, no intuito de autorizar a lavra de minerais em reservas indígenas. Esse Projeto de Lei continha um parágrafo assassino no artigo 14, que anulava todo o conteúdo da lei mencionando que o Presidente da República deveria considerar a manifestação das comunidades indígenas afetadas pela mineração.

Dizia o parágrafo segundo: “O pedido de autorização poderá ser encaminhado com manifestação contrária das comunidades indígenas afetadas, desde que motivado”.

Durante a discussão e leitura do projeto, milhares de Yanomami sucumbiram ao garimpo predatório. O projeto abria as portas para a morte e aniquilação dos povos originários da Amazônia. A autorização de lavra mineral, contra a vontade dos povos originários, além de inconstitucional, é deletéria. Ao que tudo indica, a usurpação das riquezas das terras indígenas era uma das prioridades do projeto de poder bolsonarista, do qual Sérgio Moro foi artífice e protagonista desde que condenou, sem provas, o então ex-presidente Lula para impedir sua candidatura a Presidente em 2018.

Em 31 de março deste ano, o Presidente Lula oficializou o pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei (PL) 191/2020 da Câmara dos Deputados. De autoria do governo de Jair Bolsonaro, o PL pretendia liberar a mineração, a geração hidrelétrica, a exploração de petróleo e gás e a agricultura em larga escala nas terras indígenas.

As denúncias de genocídio dos Yanomamis chegaram à Corte Interamericana de Direitos Humanos que recebeu também relatos de abusos sexuais na Terra Yanomami. Juízes da Corte visitaram a região de Auaris, na Terra Yanomami, onde ouviram relatos de lideranças indígenas que vivem em comunidades impactadas por garimpos ilegais. Segundo divulgado pelo órgão *G1 RR, Boa Vista*, os Juízes da Corte Interamericana de Direito Humanos (CIDH) informaram em 25/10/2023 que receberam relatos de abusos sexuais de mulheres e meninas praticados por garimpeiros na Terra Yanomami e devem cobrar do Estado brasileiro providências que garantam proteção aos indígenas.

a terra é redonda

Além dos relatos de abusos sexuais, a Corte também ouviu depoimentos sobre violações à saúde e à vida dos indígenas, e avistou os pontos de garimpos abertos pelos invasores na floresta enquanto seguiam para o território com a intenção de apurar se o Brasil tem cumprido medidas de proteção aos povos indígenas.

A Corte é o órgão judicial autônomo responsável por aplicar e interpretar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O Brasil ratificou o Pacto em 1992 e reconheceu a competência obrigatória da Corte em 1998. Ou seja, o país é obrigado a cumprir as medidas solicitadas. Eles estão no Brasil para apurar se o Estado garantiu proteção aos povos indígenas Yanomami, Yek'uana e Munduruku.

Após encontro com as lideranças indígenas, a Juíza Nancy Hernández declarou, em coletiva à imprensa, que recebeu “fotos, vídeos e informações sobre casos de violações sistemáticas de mulheres e crianças” (*Clima Info*, 26/10/2023 e *Bandnews Difusora*, 25/10/2023).

Em 2022, um relatório da Hutukara Associação Yanomami (HAY) já denunciava que garimpeiros exigiam sexo com meninas e mulheres indígenas como moeda de troca por comida na Terra Yanomami. Participaram da audiência com os juízes lideranças que vivem nas comunidades Paapiu, Uxiu, Palimiu, Waikás, Kuratanha e Auaris, todas afetadas por garimpos ilegais.

A Corte pretende pressionar o Estado brasileiro a intensificar as ações para proteger os indígenas que vivem nessas comunidades. De acordo com o vice-presidente da CIDH, Eduardo Ferrer Mac-Gregor, essas ações objetivam evitar que a situação se torne irremediável. Ele declarou que “as medidas são de extrema gravidade e urgência. Agora somente viemos para atender as medidas provisórias que são vinculantes, logo ligadas ao Estado brasileiro”.

Maior território indígena do Brasil, a Terra Indígena Yanomami passa por uma grave crise humanitária e sanitária em que dezenas de adultos e crianças sofrem com desnutrição grave e malária. Desde o dia 20 de janeiro, a região está em emergência de saúde pública e, a partir de janeiro deste ano, as Forças Armadas, órgãos federais e agências integram a força-tarefa do Governo Federal para proteção dos indígenas na região. A operação ocorre por meio de ações de patrulhamento, revista de pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves e de prisões em flagrante delito.

No princípio deste ano, estourou na imprensa o genocídio dos Yanomamis, com destaque para o portal *Brasil 247* que fez uma campanha de denúncias: “O que ocorre nos territórios do povo Yanomami é um verdadeiro genocídio programado pelo capitalismo predatório, que cobiça a vasta região delimitada para esses povos originários, os legítimos donos dessas terras, ricas em minérios e com áreas cobiçadas por fazendeiros e madeireiros” (Milton Alves, *Brasil 247*, 10/3/2023). “O massacre dos Yanomamis foi uma matança planejada que tinha como beneficiários o agronegócio, o garimpo, os traficantes de madeira” (Gilvandro Filho, 22/1/2023).

“O que vi em Roraima foi genocídio”, disse em janeiro o Presidente Lula. “Crime premeditado contra os ianomâmis, cometido por um governo insensível”, afirmou ele em 22/1/2023. Na mesma ocasião, o Ministro da Justiça Flávio Dino determinou inquérito para apurar genocídio em território Yanomami. Crimes ambientais também serão alvo da investigação. Mas, em outubro deste ano, o cacique caiapó Raoni declarou: “Lula está devagar com os indígenas. Vou cobrar dele até ser atendido”. Os caciques Raoni e Davi Kopenawa dizem que o Governo demora a retirar invasores de reservas (*O Globo*, 27/10/2023).

A Ministra Marina Silva declarou que a crise dos Yanomamis é uma “atrocidade inominável” (*Folha*, 6/2/2023). Ela visitou em março uma base atacada por garimpeiros na Terra Yanomami e citou ‘degradação imensurável’ no território. Em agosto deste ano, afirmou em Belém que terras indígenas ameaçadas por invasores e atividades como garimpo devem sofrer novas operações para expulsão dos não indígenas. E intimou publicamente o Governador de Roraima, Antonio Denarium, a parar de incentivar o garimpo em terras indígenas (*Portal Roraima 1*, em 3/5/2023).

São três os principais mandantes do genocídio dos Yanomamis. Em primeiro lugar, o ex-presidente Jair Bolsonaro, cujos

a terra é redonda

crimes dispensam apresentação. Ele considerou o genocídio dos Yanomamis como projeto de governo. A propósito, até hoje não foi esclarecido aquele súbito e imprevisto desvio de rota para aterrissagem do avião presidencial em Roraima em dezembro do ano passado, quando o ex-presidente Bolsonaro partia do Brasil para os EUA. Segundo muitos observadores, o objetivo era buscar ouro para levar aos EUA onde, por se tratar de avião presidencial, não haveria busca alfandegária.

O PT e o PSOL acionaram a Procuradoria Geral da República (PGR) contra Jair Bolsonaro e a ex-Ministra Damares por genocídio. E a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) protocolou uma representação criminal na PGR em 26 de janeiro deste ano contra Jair Bolsonaro e seus aliados, entre os quais a ex-Ministra da Mulher, Damares Alves.

Em segundo lugar na lista de mandantes encontra-se o ex-ministro Sergio Moro. Autor do Projeto de Lei que facilitou o garimpo em território Yanomami, Moro é considerado pelos moradores de Roraima como “a mente jurídica por trás do genocídio contra yanomamis” (*Brasil 247*, 30/3/2023). O seu Projeto de Lei 191/2020 viabilizou legalmente o genocídio indígena.

Em terceiro lugar, uma figura menos conhecida. O estado de Roraima está nas mãos de um governador bolsonarista que boicota os projetos de reflorestamento em favor da mineração em terras indígenas e da plantação de soja. O atual governador Antônio Denarium construiu a sua riqueza inicialmente às custas da desgraça financeira de centenas de pessoas que tomaram empréstimos no formato agiotagem, o que acarretou centenas de processos contra ele.

Não satisfeito, buscou a política pra obter ainda mais riqueza. Na eleição de 2022, desviou recursos da saúde e educação e gastou uma fortuna para garantir a sua reeleição. Os desmandos financeiros jogaram o estado de Roraima numa crise financeira sem precedentes. E, para cúmulo da barbárie genocida, o vereador Ítalo Otavio, ligado ao Governador e ao Senador bolsonarista Mecias de Jesus, apresentou um projeto de lei municipal limitando o acesso ao sistema de saúde pública aos moradores da cidade de Boa Vista, exigindo comprovante de residência. O objetivo era impedir o acesso de venezuelanos e indígenas à saúde pública. Isso foi considerado tentativa de genocídio.

Hoje o governador busca R\$800 milhões na Caixa Econômica para tentar continuar no poder, já que a sua cassação no TRE-RR foi aprovada em julho passado. Supreendentemente, apesar de ter sido cassado, os embargos ficaram engavetados garantindo que o processo não seguisse para o TSE, onde ele tem certeza de que seria fatalmente cassado em definitivo. Passados três meses após a cassação do governador, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima ainda não deu seguimento aos trâmites após o julgamento. O caso está preso no TRE e não deve mais ir ao TSE este ano (portal *O Poder*, 27/10/2023).

O genocídio dos Yanomamis conta com o apoio direto do governador Denarium que sempre apoiou matar indígenas, derrubar florestas e poluir rios. Ele, mais cedo ou mais tarde, junto com Jair Bolsonaro e Sérgio Moro, será responsabilizado por seus crimes. Vai demorar, como sempre ocorre em procedimentos judiciais. Mas a visita da Comissão de Direitos Humanos que recolheu provas do genocídio dos Yanomamis é um importante passo adiante para colocar no banco dos réus esses três criminosos, responsáveis diretos do genocídio indígena em Roraima.

**Liszt Vieira é professor de sociologia aposentado da PUC-Rio. Foi deputado (PT-RJ) e coordenador do Fórum Global da Conferência Rio 92. Autor, entre outros livros, de A democracia reage (Garamond). [https://amzn.to/3sQ7Qn3]*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA